

## ❖ EDITORIAL

### O momento é de mobilização na base

A 117ª Plenária Nacional do nosso sindicato apresentou importantes apontamentos, a atual conjuntura política do nosso país, somada aos seus reflexos em nosso trabalho cotidiano nos diz claramente que urge a necessidade de mudanças claras e efetivas em nosso país, em todos os campos.

O mês de junho deixou de ser apenas um marco temporal, vivemos em agosto o citado mês, as manifestações não cessaram, o povo que foi a rua permanece na mesma, mantendo sua pauta de reivindicações que não foi atendida. O projeto do governo para conter a mobilização popular não enganou ninguém e a população continua na rua dizendo que antes de qualquer plebiscito exige educação, saúde e transporte de qualidade.

Em todo país, a luta do trabalhador passa a ser pautada dando seguimento a essas manifestações, e problemas latentes começam a ganhar voz nas assembleias e tomar as ruas com grandes greves e paralisações. Em diversos estados os setores de saúde e educação estão enfrentando duras batalhas através dos movimentos paredistas e ocupando as ruas para denunciar a falta de compromisso dos gestores públicos com os anseios da população.

Nessa esteira, nosso Sindicato tem uma missão importante nesse próximo dia 30 de agosto, mobilizar os trabalhadores através das Seções Sindicais nas bases para paralisarem suas atividades e demonstrar que é necessário ouvir a voz do trabalhador, é necessário que nossa pauta que está entregue a toda sociedade há mais de 2 anos, com greves seguidas, precisa ser atendida, pois o nosso pleito é de melhores condições para nossa educação. No presente dia 30 precisamos passar bem o recado ao governo, essa proposta de plebiscito não nos representa, queremos serviços públicos de qualidade, queremos nossos direitos.

O clamor das ruas continua, não apenas o mês de junho, mas rememorando nossa jornada depois de 2 anos com greve, já lançamos campanha salarial de todo serviço público federal em janeiro e nenhuma reunião agendada pelo MPOG, realizamos uma enorme Marcha em 24 de abril, as manifestações de junho, a paralisação 11 de julho e não irá cessar com o 30 de agosto se nossos gritos não forem ouvidos, 2014 está na porta e algumas contradições pode ficar mais latentes, nossa plena já aponta a necessidade de discutirmos uma greve geral para o seguinte ano.

## ❖ NOTÍCIAS

### 117ª PLENA delibera Dia Nacional de Luta com Paralisação e Mobilização

Os delegados de mais de 40 Seções Sindicais compuseram a Plenária do Sinasefe neste final de semana (dias 17 e 18) deliberaram sobre diversos temas da categoria, bem como temas específicos que necessitavam de direcionamento nacional.



Para o dia 30 de agosto, o ato unificado foi consolidado com aprovação do Dia Nacional de Luta com Paralisação e Mobilização, que denunciará além das pautas unificadas, a Campanha Salarial 2013 dos Servidores Públicos Federais – SPF. A militância estadual/ municipal deverá ser a principal força para conseguir um Ato de massiva participação.

Essa ação é provocada pelo fato do governo não respeitar o direito de negociação dos servidores federais, quando impossibilita desde janeiro o agendamento de audiência para ne-

gociação. Foi deliberado também pelos delegados o direcionamento da discussão para uma greve geral dos SPF's em 2014.

[O Sinasefe Nacional apoia e solidariza lutas nas atuais greves nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.](#) Outra ação de solidariedade do Sindicato será a doação e o apoio ao povo e aos movimentos sociais da Síria que tem relação direta com a nossa Central, a CSP-Conlutas.

#### **Pauta mínima definida para Encontros Regionais**

As cidades sedadoras dos Encontros Regionais foram estabelecidas (com exceção da Região Norte) e a pauta mínima a ser debatida será: Debate de conjuntura, Painel de Opressões e Expansão e precarização da Rede (Pronatec, financiamento da educação e demais aspectos).

Confira os locais:

- Centro-Oeste – Brasília (data a definir).
- Sul – Frederico Westphalen (27 a 29 de setembro).
- Nordeste – São Luís (data a definir).

- Sudeste – Campos (18 a 20 de outubro).

## Ações contra opressões e práticas antissindiciais

Serão promovidas ações para instruir os trabalhadores sobre questões importantes da luta. Foi aprovada a Campanha Nacional contra o Assédio Moral e Práticas Antissindiciais. Também foram aprovados cursos para fomentar as discussões sobre a luta contra as opressões e para englobar questões sociais em cada Seção, tais como: curso “Globalização e Racismo”, curso sobre LGBT e; 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta – MML. Tais cursos foram encaminhamentos aprovados pelo GT Identidade de Gênero e Orientação Sexual, Raça, Etnia e Trabalho Infantil (veja todos os encaminhamentos na matéria a seguir).

A revogação da Funpresp bem como suas artimanhas de exploração, tema da [palestra de abertura da PLENA](#), será tema de curso. O intuito é conscientizar e formar militância acerca deste Fundo de Pensão.

[Leia aqui](#) todas as deliberações da 117ª PLENA.

## GT debateu o combate a assédios e preconceitos

O GT Identidade de Gênero e Orientação Sexual, Raça, Etnia e Trabalho Infantil do Sinasefe reuniu representantes de varias partes do país com o objetivo principal de reunir alternativas contra as opressões e preconceitos, ainda latentes, na classe trabalhadora. Os participantes compreenderam como a tarefa primordial o estabelecimento desse Grupo de Trabalho em suas Seções para desenvolver a luta contra as discriminações, a partir da unidade sindical. [Veja aqui todos os encaminhamentos aprovados na 117ª Plena](#).

Além da rica colaboração dos próprios integrantes do GT, foram de extremamente valiosas as palestras ministradas por Carlos Daniel, do setorial LGBT e Júlio César Soares, do setorial Movimento Quilombo Raça e Classe, ambos da CSP-CONLUTAS.



## A orientação sexual e as opressões são temas comuns dos trabalhadores



O combate à homofobia deve partir de dentro do próprio sindicato, segundo Carlos Daniel (*foto à esquerda*), com a conscientização os diretores de sindicatos de que esse tipo de pratica é contrario aos interesses da classe trabalhadora, advinda da lógica do capital. “Não existe o combate ao capitalismo sem que a gente passe a se ver como iguais, apesar de nossas diferenças, pois igualmente somos explorados”, afirmou.

Outra vertente importante para o combate aos tratamentos excludentes é o dever dos trabalhadores em educação além do conhecimento das matérias formais, em que Carlos reforçou a possibilidade de inserir as questões sociais no cotidiano dos alunos.

Diante de um governo que deixa claro seu conservadorismo e utiliza as reivindicações dos trabalhadores como moedas de troca, o palestrante deixou claro: “Se atualmente a homossexualidade deixou de ser considerada doença foi pela plena luta dos LGBT’s. O governo não faz nenhuma concessão”. Em 17 de maio de 1990, esta orientação sexual deixou de receber a Classificação Internacional de Doenças – CID, a data ficou marcada por marchas e atos públicos.

Quanto aos casos de assédios nos locais de trabalho, Carlos Daniel que também é profissional da área de direito, indicou que o tratamento dos casos seja iniciado a partir da orientação sindical visto que a unidade e a apropriação no assunto são consistentes pode oferecer a assessoria jurídica adequada.

### **Os direitos e a igualdade racial devem ser defendidos por todos trabalhadores**

“É necessário que os negros trabalhadores se organizem dentro de seus sindicatos”, ratificou Júlio César (*foto à direita*), ao mencionar que ainda nos dias de hoje há mais de 24 mil trabalhadores escravizados no país. Ele classificou também como escravidão a utilização do banco de horas e as diferenças salariais por conta de sexo/raça. Contra essa exploração, defendeu que o sindicato é muito importante para organização contra as opressões tanto de classe como de raça, as quais os trabalhadores da educação não estão livres.



Segundo o militante da CSP-Conlutas, a discriminação racial secular no país está diretamente relacionada a educação. Os livros didáticos de história deixaram de tratar os negros por uma visão folclórica ao passo que só abordavam datas “comemorativas”, sem registrar suas lutas, então Júlio ressaltou: “Ainda não houve abertura nos conselhos escolares para discutirem questões transversais como a do negro, a diversidade étnica-cultural do nosso país, incorporando a luta de resistência dos índios, dos LGBT’s e das mulheres”.

O período de revoltas populares que estão paralisando cidades neste ano, na visão do professor, é reflexo das antigas reivindicações do povo negro que também são vanguarda da juventude negra tanto das universidades como também das periferias. “A população negra exige um hospital de qualidade, pois é ela que fica nas filas e não tem a resposta do serviço público. Nossos pacientes só tem porta de entrada e não tem de saída”, salientou.

O Sinasefe Nacional como defensor dos direitos dos trabalhadores é categoricamente contra opressões e constrangimentos, frutos da ausência de políticas públicas essenciais à população. O respeito e a incorporação de lutas sociais como bandeiras permanentes são maneiras de combater o capitalismo que tenta segregar a classe trabalhadora.

### **Conselho Permanente do RSC aprova Regulamento**

O SINASEFE participou da segunda reunião do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC que aprovou seu Regulamento de funcionamento, na última segunda-feira (19). Entre outras discussões, o grupo definiu também quanto a Comissão Especial para concessão do direito e os critérios para seus avaliadores. O SINASEFE ressaltou a falta de incentivo do governo aos docentes antigos e defendeu o direito destes em pleitear também o RSC. Próxima reunião prevista para segunda semana de setembro. [Leia a íntegra no](#)



[site](#).

## **Governo não consegue contestar nem atende reivindicações dos técnicos-administrativos**

Na última terça-feira (20), governo convocou reunião com o Sinasefe e demais representantes dos técnicos-administrativos na tentativa de finalizar de forma conjunta os Grupos de Trabalho de Racionalização e de Reposicionamento de Aposentados. O Sinasefe evidenciou mais uma vez que o governo evita contra argumentar os relatórios técnicos e jurídicos, devidamente embasados. Tal ação denota o retorno próximo de mesas de negociações para que as reivindicações dos técnicos-administrativos sejam atendidas.

Na próxima reunião marcada para a terça-feira (27), sobre GT Racionalização deverá debater os relatórios jurídicos do governo e definir as próximas estratégias. Saiba mais [aqui](#).

## **117ª Plenária ratifica acordo**

### **entre Sinasefe Nacional e Sintef-PB**

Após alguns meses de diálogo, e recentemente a participação da Direção Nacional do Sinasefe tanto na Plenária do SINTEFPB quanto no seu 5º Congresso Estatutário, a 117ª Plenária decide credenciar os delegados desse sindicato, garantindo o exercício pleno dos direitos do mesmo, o que não ocorria desde o 26º CONSINASEFE. Saiba mais [aqui](#).

## **Sinasefe reforça: royalties não suprem as necessidades da educação pública**

Os recursos advindos dos royalties do petróleo não resolverão os problemas decadentes da educação brasileira, pois a parcela remetida ao setor é insuficiente para suprir tantas falhas, segundo Maria Lúcia Fattorelli, da Associação Auditoria Cidadã da Dívida. Na redação do PL 323/2007 aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 14, é nítida afronta aos brasileiros. O Sinasefe Nacional reforça a defesa pelos 10% do PIB para a educação pública e, defende também, o controle da dívida da União por meio da auditoria feita pela sociedade.

A Auditoria Cidadã da Dívida aferiu que somente 15% do valor da produção royalties do Pré-Sal fazem parte desse Projeto enquanto todo o restante irá para os lucros de empresas transnacionais de petróleo. Quanto ao Produto Interno Bruto – PIB, as cifras neste PL representarão apenas 0,6% para educação ainda no ano de 2022. A tabela a seguir elenca o investimento em educação, conforme projeção da Consultoria Legislativa:

<b>Projeção de recursos de royalties do petróleo para a educação</b>			
<b>PL 323/2007 aprovado em 14/8/2013</b>			
<b>Ano</b>	<b>Recursos para Educação (R\$ bilhões)</b>	<b>PIB (R\$ bilhões)</b>	<b>Recursos para a Educa- ção (% do PIB)</b>
<b>2012</b>		4.402,54	
<b>2013</b>	0,86	4.490,59	<b>0,02</b>
<b>2014</b>	1,72	4.580,40	<b>0,04</b>
<b>2015</b>	2,70	4.672,01	<b>0,06</b>
<b>2016</b>	5,09	4.765,45	<b>0,11</b>
<b>2017</b>	7,42	4.860,76	<b>0,15</b>
<b>2018</b>	15,26	4.957,97	<b>0,31</b>
<b>2019</b>	21,95	5.057,13	<b>0,43</b>
<b>2020</b>	27,17	5.158,27	<b>0,53</b>
<b>2021</b>	30,47	5.261,44	<b>0,58</b>
<b>2022</b>	32,43	5.366,67	<b>0,60</b>

Fonte: Consultoria Legislativa – Câmara dos Deputados

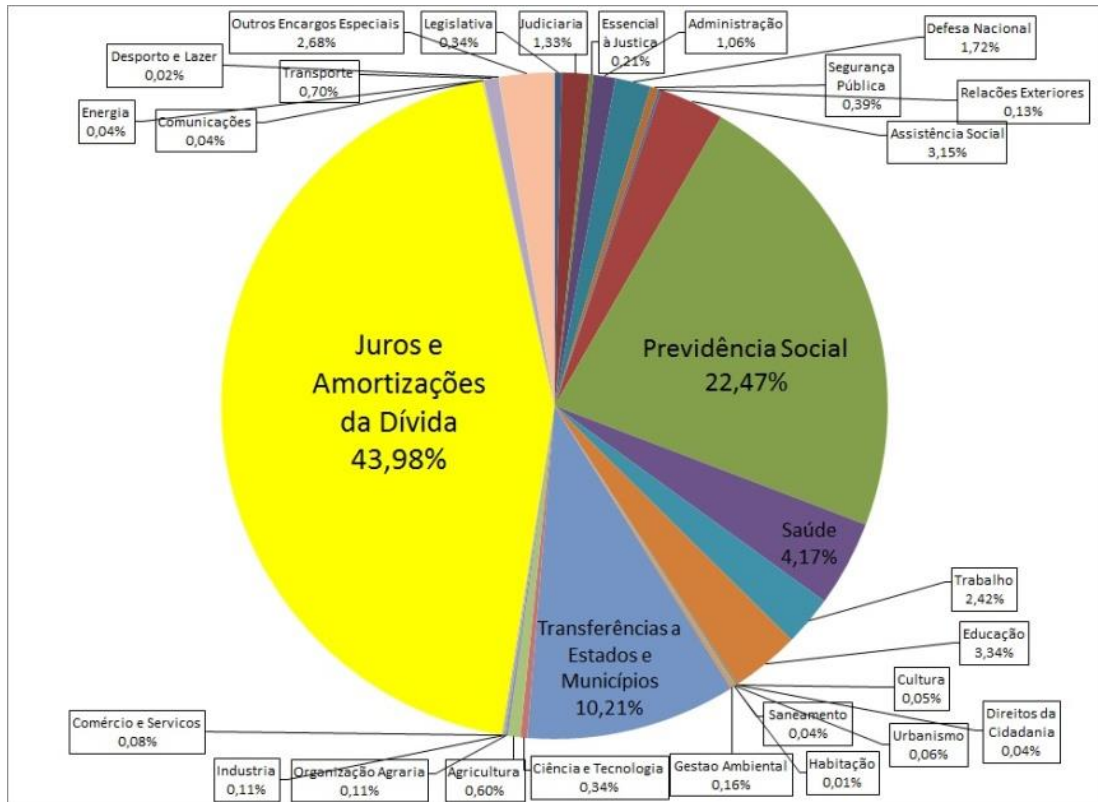
Nota: PIB projetado pela Auditoria Cidadã da Dívida, com crescimento de 2% ao ano.

Ou seja, esse discurso do governo é uma grande enganação ao povo brasileiro, ainda que até o trecho que até poderia auxiliar o setor está ameaçado, os 50% dos recursos do principal do Fundo Social do Pré-Sal, como conta Maria Lúcia: “O governo já anunciou posicionamento contrário e tentará derrubar esse trecho risco de que os recursos do Fundo sejam direcionados para papéis podres, que inundam o mercado financeiro internacional em tempos de crise global”.

### **Entidades se disponibilizam a reduzir o endividamento da Brasil em carta à presidente**

O problema do Brasil não é falta de recursos afirmou Fattorelli: “Somos um dos países mais ricos do mundo, hoje considerados como a 7ª economia mundial. Nosso problema é a distorção na destinação dos recursos e o erro na determinação das prioridades”. Como mostra o gráfico abaixo, o problema da dívida pública absorve quase a metade dos recursos federais. [Saiba mais aqui.](#)

## Orçamento Geral da União – Executado em 2012 – Total = R\$ 1,712 trilhão



Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza dentro deste item grande parte do pagamento de juros.

Menos de 4% foram investidos em educação visto que o orçamento se encontra comprometido com o pagamento de dívidas contaminadas de indícios de ilegalidades e ilegitimidades. Na Carta à Presidente ([leia aqui](#)) enviada no último dia 14, o Sinasefe Nacional assinou junto às demais entidades comprometidas em reverter a situação por meio de auditoria pública, assim como é previsto na Constituição Federal.

O endividamento do Equador foi revertido 70% em investimentos para políticas públicas, entre elas saúde e educação, mediante tal ação conjunta. Maria Lúcia Fattorelli participou do processo e demonstrou que é possível sua aplicação no Brasil e assim atender às demandas apresentadas por milhões de pessoas que têm participado das manifestações sociais em todo o País desde junho.

“Não faltarão recursos para o cumprimento da meta de 10% do PIB para educação. A carta comprova que estamos cumprindo a nossa obrigação cidadã, colocando à disposição do governo o conhecimento acumulado em mais de dez anos de estudos e intercâmbios sobre a matéria, movidos unicamente por espírito público e senso humanitário com nosso povo, que reclama por direitos sociais”, defendeu a coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

O Sinasefe Nacional indica as nossas bases a divulgação da referida Carta, ainda o fortalecimento das discussões que esclareçam sobre esse discurso ilusório do governo quanto aos royalties, que rechaça a necessidade de que a educação tenha pelo menos, os 10% do PIB.

É primordial incluir em nossas pautas de lutas tais informações, visto que o trabalhador é cada vez mais explorado, pertencente a uma nação que elege políticos que não cumprem com seus deveres constitucionais e que ainda privatiza todos os vértices de utilidade pública.

## **Relatórios sobre a precarização na Rede Federal começam a ser produzidos**

Os [Seminários de Precarização na Rede Federal](#) está sendo principal ponto de discussões das bases a partir de hoje (23) e tem previsão de término dia 15 de setembro. Organizados por regiões os seminários tem objetivo de construir dossiê provocará um documento oficial do Sinasefe sobre o tema.

Os trabalhadores devem se debruçar com afinco nesses trabalhos, a fim de levar ao governo embasamentos acerca da expansão mal planejada que desde 2006 assola os técnicos e docentes da educação federal.

O [Seminário da Região Sul](#) tem início nesta sexta-feira (23) até domingo (25).

Já o Seminário da Região Nordeste está marcado para o próximo final de semana (31 de agosto e 1º de setembro) e ainda dá tempo de se inscrever ([clique aqui](#)).

### ❖ AGENDA

EVENTOS	PERÍODO	LOCAL
<b>Seminário de Precarização - Regional Sul</b>	<b>24 e 25 de agosto</b>	<b>Porto Alegre - RS</b>
GT Racionalização	27 de agosto	Brasília - DF
GT Democratização nas IFE's	28 de agosto	Brasília - DF
<b>Seminário de Precarização – Regional Nordeste</b>	<b>31 de agosto e 1ª de setembro</b>	<b>Recife - PE</b>
<b>Seminário de Precarização – Regional Centro-Oeste</b>	<b>5 e 6 de setembro de 2013</b>	<b>Cuiabá - MT</b>
<b>Seminário de Precarização - Regional Norte</b>	<b>13 e 14 de setembro</b>	<b>Palmas - TO</b>
<b>Seminário de Precarização - Regional Sudeste</b>	<b>14 a 15 de setembro</b>	<b>São Paulo - SP</b>
Encontro Regional Sul	27 a 29 de setembro	Frederico Westphalen - RS
Encontro Regional Sudeste	18 a 20 de outubro	Campos - RJ
Encontro Regional Centro-Oeste	Data a definir	Brasília – DF





**Boletim Sinasefe Ano XVI – Nº 528 – 23 de agosto de 2013**

Encontro Regional Nordeste	Data a definir	São Luís - MA
Encontro Regional Norte	Data a definir	A definir

Facebook Sinasefe: [Sinasefe Nacional](#)

Twitter Sinasefe: [@SINASEFE](#)

Responsáveis por este boletim: Shilton Roque, Eugenia Martins, Edmar Marques, Geovana Terra, Lindon Johnson e Glacio Menezes (plantão de base).

Jornalista: Jéssica Fernandes.

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica –

**SINASEFE**

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br) – [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)